

ALGUNS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA TEORIA FUNCIONAL DA TRADUÇÃO: ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DISCURSIVA DA TRADUÇÃO

A. Martín DE BRUM
IES en Lenguas Vivas “J. R. Fernández”/Universidad de Buenos Aires (UBA)
madebrum@hotmail.com

Introdução

A teoria da tradução ou tradutologia é uma ciência relativamente nova. Sua época fundadora data dos anos 50 e 60, mas é só nos anos 80 que ela se constitui como disciplina própria, momento em que são formuladas questões sobre o funcionamento do processo tradutor, a relação entre texto original e tradução e o papel do contexto (HURTADO ALBIR, 2001, p. 124). É entre essas duas épocas que a corrente funcionalista faz seu aparecimento, com um texto pioneiro de Reiss, publicado em 1971. Desde esse momento, a teoria funcionalista da tradução foi ganhando espaço até se converter, na atualidade, em uma das disciplinas predominantes em tradutologia.

Nesse trabalho, analisaremos alguns conceitos teóricos que são apresentados no texto *Fundamentos para una teoría funcional de la traducción.*, texto que condensa a Teoria do Escopo, sempre dentro dos enfoques funcionalistas. Esse livro teve sua primeira publicação em alemão em 1984 e uma nova edição, também na Alemanha, saiu à luz com algumas modificações – nomeadamente, terminológicas - em 1991. O texto que nós, finalmente, analisaremos é a versão em espanhol de Sandra García Reina e Célia Martín de Leon¹, publicada em 1994.

Ora bem, o fato de analisarmos um texto em tradução e não em língua fonte poderia ser percebido como um problema, por exemplo, uma questão de “perda” do texto meta em relação ao texto fonte. Cremos, entretanto, que aí está funcionando um efeito de evidência, no sentido de transparência e completude que o texto fonte teria, deixando a versão no lugar da “cópia”, da imperfeição, da incompletude. Não negaremos o fato de que há maior mediação entre aquele texto e o leitor de língua espanhola em relação ao leitor em alemão – já que temos o trabalho do tradutor. A

¹ O nomear as tradutoras não é uma simples informação, mas um gesto que toca no que poderíamos chamar de política da tradução.

noção de perda em tradução implica pensar a língua fonte como transparente e o texto fonte como completo. No entanto, para a Análise do Discurso, a língua nunca é transparente e um texto nunca é completo, ele é constituído pela incompletude. Isto é, não se lê um texto em língua fonte “melhor” do que em língua meta. Se lê diferente, porque a materialidade significa e a leitura (o sentido) sempre pode ser outra, mas, como sabemos, não qualquer uma. Por isso, analisaremos esse texto em espanhol como dizendo a teoria, ou melhor, como sendo o lugar de textualização dela, e pensando que nesse “como” habita o equívoco.

Língua/linguagem

O primeiro conceito que achamos pertinente analisar é o de língua ou linguagem², já que, a nosso ver, esses são conceitos que devem ser definidos, explicitados e caracterizados de modo coerente na constituição teórica de qualquer disciplina em que o trabalho com essas noções esteja diretamente envolvido. Do nosso ponto de vista, esse é um requisito fundamental que se relaciona com a construção epistemológica de tais disciplinas. A Tradutologia entra dentro dessa área disciplinar, portanto, devemos cobrar das teorias que a ela pertencem o trabalho teórico com os conceitos “língua/linguagem”.

E, com efeito, já nas primeiras páginas do texto sob análise, observamos uma referência à linguagem, motivada, segundo os autores, pela ambigüidade que esse termo traz. Com o intuito de desfazer esse problema, eles delineiam os significados relevantes desse conceito para a tradução e consideram tal questão sob três aspectos. O primeiro diz respeito aos meios, isto é, os signos de que uma comunidade se serve para se comunicar. A linguagem aparece, assim, definida como uma “estrutura semiótica” formada por tais signos, tendo ela três características importantes: o caráter sígnico, ou seja, a capacidade de um elemento apontar para um outro diferente; o caráter estrutural, isto é, as relações que os signos têm entre si; e a capacidade comunicativa: a possibilidade de o receptor interpretar o signo no sentido dado pelo produtor (pp.15-16)³. O segundo aspecto trata da

² Deixaremos de lado, nesse trabalho, a especificação que cada uma dessas noções tem para as teorias que com elas trabalham.

³ Quando a referência bibliográfica não trazer qualquer menção do texto, deverá ser lida como se referindo ao texto em análise: Reiss e Vermeer, 1994.

noção de língua como variedade, não só as línguas de cada país (os dialetos), mas também os dialetos, os socioletos etc. O terceiro aspecto se refere a expressões como “linguagem formal” e “linguagem coloquial”, isto é, a questões de estilo.

Nessa definição do conceito de linguagem, ela aparece, no começo, como um conjunto de meios ou signos de que uma comunidade dispõe para se comunicar. Essa caracterização nos leva direto para a noção de linguagem como instrumento de comunicação. Pensar a linguagem desse modo é pressupor a completa exterioridade da língua em relação ao sujeito que a fala e a existência de alguma coisa chamada comunicação. Esse último fato se vê confirmado na terceira característica dessa “estrutura semiótica”: a capacidade comunicativa. Ela, como vimos, diz respeito à possibilidade de que o receptor interprete o signo com o mesmo sentido com que foi emitido. Esse teleologismo, que se inscreve, como os autores querem, em uma teoria da ação, aponta para o fato de que há realmente uma possibilidade para a univocidade aparecer. Para a Análise de Discurso, no entanto, “o sistema é um sistema significante, capaz de falhas, que, para cumprir-se em seu desígnio de significar é afetado pelo real da história. É um sistema pensado no funcionamento da língua com homens falando no mundo” (Orlandi, 2001, p. 40). Desse modo, a transparência da linguagem ou o apagamento da opacidade é levado para dentro da teoria, o que, com certeza, trará conseqüências teóricas. Uma delas, como vimos, é a separação que se faz entre a língua e o sujeito que a fala.

Cultura

Para apresentar a sua proposta teórica, os autores começam definindo a produção de um texto como uma ação, ou seja, como um comportamento intencional com o intuito de transmitir uma “informação” a um ou vários receptores. Nesse sentido, ela é uma interação, ou melhor, uma comunicação como tipo particular dela. Essa ação depende, segundo eles, das circunstâncias do momento e lugar em que ela acontece, isto é, da “situação”. As pessoas que participam de uma interação fazem parte dela, portanto, sua disposição interior e circunstâncias pessoais são fatores determinantes da interação. Continuam os autores, “por otra parte, han de tenerse también en cuenta los factores ‘históricos’, puesto que los participantes en la interacción pertenecen a una comunidad

cultural dada y tienen, al mismo tiempo, una historia personal” (p. 13, grifos dos autores). É interessante observarmos a ocorrência do “também”, como se fosse um acréscimo, algo que estaria completando os fatores que determinam a produção textual. Por outro lado, a palavra “históricos” aparece aspeada. Mas, como interpretar essas aspas?

Logo após o enunciado citado, os autores dizem que “de este modo, la interacción está determinada por la realidad cultural ya dada, por las circunstancias exteriores del momento, por las condiciones sociales y personales de los interlocutores y por su relación mutua” (idem). Vemos que, no trecho citado antes, o sintagma “fatores ‘históricos’” entra em relação com “comunidade cultural dada” e, no último fragmento citado, isso é rescrito como “realidade cultural já dada”. Teríamos, portanto, a seguinte seqüência: fatores históricos – comunidade cultural dada – realidade cultural já dada. O deslizamento da palavra “históricos” do primeiro sintagma para “cultural”, nos dois últimos, nos leva a uma re-significação do histórico, não como o ideológico, mas justamente como o cultural, em que há o apagamento do ideológico. Além do mais, o cultural refere sempre a uma comunidade e não mesmo às condições de produção do sentido. Voltando às aspas, pensamos que elas são o sintoma de um sentido que poderia ter sido dito, mas não foi.

Conclusões

A Análise do Discurso, acreditamos, tem muitas coisas a dizer em relação à teoria da tradução. Ela permite ver, por exemplo, como os diferentes enfoques se configuram ao formular os conceitos teóricos, mostrando os espaços de deriva dos sentidos. Assim, vemos que a consideração por parte dos autores da língua como meio de comunicação a separa do sujeito. Por outro lado, ver a cultura como o determinante último – “a estrutura mais profunda”, conforme os autores – na produção do texto faz surgir uma pergunta: cadê a língua? Aí eles respondem: a língua faz parte da cultura (p. 20), como os sujeitos, que são por ela determinados. Mas, aqui, caberia, talvez, uma outra pergunta: como esses sujeitos são determinados pela cultura se eles não “têm” língua ou se não tem “homens falando no mundo”?

É justamente aí que um enunciado como “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (Orlandi, 2004, p. 31) faz sentido, mostrando as falhas, os equívocos que afetam o modo como as teorias são construídas, no caso, a teoria funcional da tradução. Portanto, em vez de noções como a de cultura e situação, talvez, seria melhor pensar aí – e é esta a contribuição da Análise de Discurso para a teoria da tradução - em termos de ideologia e condições de produção, que nos leva a considerar a língua, não como instrumento de comunicação, mas como base do processo de produção de sentidos na história.

Referências bibliográficas

- HURTADO ALBIR, A. (2001): *Traducción y traductología: introducción a la traductología*. Madrid, Cátedra.
- ORLANDI, E. (2004 [1996]): *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4ª ed. Campinas, SP, Pontes.
- _____ (2001): *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP, Pontes.
- REISS, K e VERMEER, H. J. (1996): *Fundamentos para una teoría funcional de la traducción*. Madrid, Akal (tradução de Sandra Graciela Reina e Celia Martín de Leon).